

Mysterium iniquitatis

Neste livro sobre “Violência e Direitos Humanos”, Marconi Pequeno se propõe a realizar uma tarefa das mais ousadas e enfrentar um dos temas mais complexos da nossa condição humana que, apesar de ter sido problematizado e tematizado pelos maiores pensadores de todos os tempos e de todas as culturas, permanece ainda na sua absoluta obscuridade: a violência que é parte do mistério do mal, ou, como diziam os medievais, do *mysterium iniquitatis*.

E o autor o faz com muita competência sem se negar a enfrentar os temas mais complexos e difíceis, colocando em campo várias disciplinas, utilizando diferentes abordagens, que demonstram um profundo conhecimento e familiaridade com o assunto e, ao mesmo tempo, o reconhecimento e a consciência da enorme complexidade que ele comporta.

Apesar das diferentes e muitas vezes contrastantes abordagens e explicações do fenômeno, o livro, como deve ser num texto de filosofia, procura definir com clareza os conceitos e as suas distinções (clareza e distinção cartesianas) e defender algumas teses, sem medo de tomar uma posição, muitas vezes na contracorrente do senso comum.

A primeira e principal tese me parece ser que a violência não é um destino, uma *ananke*, uma necessidade contra a qual nada se pode fazer, como pensavam os gregos; nem uma culpa, um pecado “original”, como pensavam os cristãos, do qual o homem não se pode levantar sozinho, mas somente com a ajuda da graça de Deus (por isso, o *mysterium iniquitatis* exige um *mysterium salutis*); teses que isentam o homem da sua responsabilidade. Ao contrário, Marconi Pequeno defende que: “Nosso interesse maior consiste em demonstrar que a violência exige o concurso da autonomia da vontade, ou ainda, é produto da livre deliberação do sujeito. [...] Essa perspectiva entra em confronto com as explicações naturalistas que tendem a reduzir o fenômeno a uma inclinação natural do homem, bem como nega as abordagens “sociologizantes” que compreendem os agentes da violência como produtos de sistemas de controle ou como instrumentos de reação contra um poder que os coage e oprime” (p. 9).

O autor aborda, nesta perspectiva, vários tipos de violência: física, psicológica, moral, social, política e se pergunta sobre a origem do mal que os homens infligem uns aos outros, que o homem promove contra o outro homem. A tese é que só o homem é violento, e não os outros animais; só o homem tem uma alta dose de violência intraespecífica dirigida contra os membros da sua própria espécie e de violência gratuita, não motivada pelas necessidades naturais. Marconi Pequeno mostra, através dos estudos de arqueólogos, etólogos e antropólogos, que: i) agressividade não é sinônimo de violência: “Se pode afirmar que o homem é agressivo por natureza, utilizando este instinto para fazer face às situações de perigo e ameaça à sua existência. [...] O animal atende exclusivamente aos imperativos do seu instinto. Por isso, sua agressividade é natural, inata, constitutiva de sua condição. Em contrapartida apenas o homem é capaz de praticar a violência cruel, gratuita, sem vislumbrar nenhum interesse de preservação. [...] A violência é uma peculiaridade dos humanos: é por meio deles que ela surge, é somente com eles que ela pode terminar. Intenção, escolha e decisão: eis os pressupostos humanos da violência. Em razão dessas mesmas faculdades, o homem é capaz de domesticar sua agressividade e de construir as bases da civilização” (p. 69).

ii) A agressividade não é o único instinto natural no homem, de modo que ele é capaz também de adotar comportamentos benevolentes e pacíficos. Aliás, existem espécies de primatas, como os bonobos, que possuem tendências menos agressivas e mais cooperativas. Por isso, não há um determinismo natural que justifique a violência, pois,

mesmo do ponto de vista da herança filogenética, o homem possui tendências opostas e diversas que podem ser “domesticadas”, através, por exemplo da educação, embora esta não seja a solução de todos os nossos males, como comumente se acredita.

As reflexões do autor sobre esses vários tipos de violência o levam a uma outra tese: se é verdade que a violência depende, até certo ponto, da autonomia e responsabilidade humanas e não é totalmente determinada pelas circunstâncias externas (divinas, naturais ou sociais), então a violência pode ser, se não totalmente eliminada, pelo menos socialmente controlada, como demonstra a existência de sociedades humanas que reduziram drasticamente a violência entre seus membros.

Aliás, adotando uma ideia contrária ao senso comum, Marconi Pequeno afirma que, na época contemporânea, a violência, em termos proporcionais ou relativos, diminuiu, apoiando-se, sobretudo, nos estudos de Steven Pinker, autor de *Os anjos bons da nossa natureza*. Tese essa que vai contra a opinião, o sentimento e a sensação comuns que nos atormentam de que existe um constante e crescente agravamento da violência nas nossas vidas, alimentados pela enorme massa de informações que nos chegam e que aumentam a percepção de que a violência é onipresente. O autor procura encontrar argumentos que demonstrem como, considerando os tempos históricos de longa duração, a nossa sociedade tem sido menos violenta do que as do passado.

Em continuidade com estas reflexões, encontramos no livro uma terceira tese contra as filosofias e doutrinas que justificam o uso da violência como instrumento de transformação social. São as correntes que defendem a existência de uma Providência Divina, um designo recôndito da natureza (Kant) ou uma astúcia ou artil da Razão (Hegel) que governam a história humana. Nesta perspectiva, por exemplo em Hegel, a violência é um momento da razão, necessário para o movimento dialético, até a subsunção final da violência pela razão (*aufhebung*) e uma nova retomada do processo dialético em direção ao progresso. Tese que será retomada por Marx e todos os defensores da positividade da violência como “parteira da história”.

A tese de Marconi Pequeno baseia-se justamente na crítica à cultura da violência utilizada para alcançar objetivos políticos de transformação social: o que ele define como “a cultura da violência, que alimenta a violência da cultura”, e aqui entra a crítica às utopias que justificam a violência revolucionária.

A segunda parte do livro se dedica a estudar a relação entre violência e direitos humanos. Nesta perspectiva, os Direitos Humanos podem ser vistos como parâmetros introduzidos historicamente como reação aos fenômenos dos totalitarismos, para medir e controlar a violência física e social estabelecendo, assim, numa linguagem kantiana, as condições de possibilidade do que é o “ser humano” nos tempos contemporâneos, alicerçadas sobre o imperativo categórico e a ideia reguladora de dignidade humana, intrínseca a cada ser humano.

Marconi Pequeno defende também aqui uma outra tese bastante clara: o valor tendencialmente universal dos direitos humanos, a partir do qual podemos condenar e combater todas as formas de violências contra o ser humano e a sua dignidade, e especialmente as que ele considera as mais graves: “O genocídio, a tortura, o estupro, o terrorismo e alguns eventos ligados a valores/costumes culturais, como a perseguição religiosa, a opressão sofrida por algumas mulheres e os ritos ancestrais de algumas comunidades” (p. 12).

Quanto ao genocídio, palavra nova para definir um fenômeno antigo, o referido autor não faz referência somente ao mais conhecido e mais grave de todos, o holocausto dos hebreus e de outros grupos ou povos “inferiores” perpetrado pelos nazistas, mas também aos massacres promovidos pelos soviéticos na época de Stalin, pelos japoneses na Manchúria, o extermínio provocado pelo Khmer Vermelho em Camboja, a luta

genocida entre as etnias Tutsi e Hutu em Ruanda, e até os recentes episódios de extermínio em massa de civis perpetrados no Oriente Médio no começo deste milênio.

Em relação à tortura, ele mostra que se tratava de uma prática corriqueira e legalizada na Antiguidade e na Idade Média e também que sua abolição como método de investigação e de pena fez parte do processo civilizatório no Ocidente e de parte da humanidade. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que ela continua sendo praticada em ampla escala e não somente nos regimes autoritários, mas também nas democracias, como é o caso do Brasil, onde ainda tem sido tolerada e praticada por agentes públicos e criminosos.

Quanto ao estupro, o autor relembra que se trata de uma tática de guerra utilizada em todos os tempos e que foi retomada em larga escala no século XX, lembrando episódios removidos da consciência coletiva como o estupro de milhões de mulheres alemãs no fim da segunda guerra mundial por parte da armada vermelha, ou os estupros coletivos nas guerras dos Balcãs, em época mais recente.

O autor dedica uma longa e densa análise também a um outro fenômeno complexo e preocupante da nossa contemporaneidade: o terrorismo, uma das formas mais extremas e radicais de violência política, e às vezes político-religiosa, procurando entender a suas (des)razões e criticando as doutrinas que procuram, de certa forma, justificar esta prática como forma de resistência à “opressão do sistema”.

Os fenômenos aqui estudados são exemplos do que o novo direito internacional dos direitos humanos, surgido com a ONU, define como “crimes contra a humanidade”, passíveis de ser julgados pelo Tribunal Penal Internacional de Haia. Eles fazem parte daquele esforço do direito internacional, a partir do tribunal de Nuremberg, de “criminalizar” e punir comportamentos que antes eram considerados “normais” ou não sujeitos ao direito, portanto, não passíveis de punição, uma vez que, como dizia o antigo adágio latino: *inter arma enim silent leges*.

O autor dedica uma atenção especial, aqui também na contracorrente das opiniões dominantes, ao fenômeno do multiculturalismo. Apesar de reconhecer a diversidade cultural como um valor que deve ser preservado, Marconi Pequeno não aceita que este valor possa ser utilizado como pretexto para justificar as violações dos direitos humanos. O autor quer sair do dilema de que “denunciar as deformações do multiculturalismo significa aderir a uma espécie de monocultura etnocêntrica. É preciso - afirma ele - encontrar o justo equilíbrio entre aquilo que deve ser assimilado e a parte que precisa ser rejeitada”, citando o exemplo da prática cultural da mutilação genital feminina em algumas culturas islâmicas e a prática do infanticídio em algumas comunidades indígenas no Brasil.

O autor conclui, retomando o fio que percorre toda a obra, com uma análise que reconhece a complexidade do fenômeno da violência, que procura esclarecer a confusão entre conceitos diversos como *agressividade*, *força*, *poder*, *potência* e *violência*; e que defende uma das suas teses centrais: de que a violência não é algo “natural”, inerente à natureza humana e que, portanto, “não há, a rigor, nenhum ambiente social, contexto político ou circunstância histórica que possa justificar sua emergência. A violência é tão-somente um produto genuíno da livre decisão humana. Sem a autonomia da vontade do sujeito ela não poderia aceder ao plano concreto de sua existência” (p. 179).

Em sintonia com esta tese, o autor conclui o seu longo percurso, com uma nota final de esperança e de otimismo, de que “não obstante o horror que tudo isso nos causa, a humanidade realizou avanços consideráveis no que concerne à censura, repressão e punição de tais práticas” (p. 181).

Não há como não concordar com este apelo final: se cedemos à tentação de considerar a violência como uma expressão da natureza humana, ou do pecado original,

ou do mal radical, ou de uma violência ontológica e metafísica, então a tentação é de nos resignar e aceitar que “a violência estará sempre conosco” e nada podemos fazer para erradicá-la do coração dos homens, pelo menos, neste mundo.

Ademais, a experiência histórica nos mostra que a violência sempre existiu e nada nos pode garantir que ela não continuará a existir no futuro, pelo menos nas condições históricas que conhecemos; mas – e esta é a lição principal que se retira do brilhante livro do Professor Marconi Pequeno -, é possível domesticá-la, administrá-la, controlá-la, diminuir seus efeitos perversos; como mostra a existência de sociedades que conseguiram reduzir a emergência de fenômenos violentos. Nada justifica que, por exemplo, o Brasil continue sendo um dos países mais violentos do mundo. Não podemos aceitar isso como um traço natural ou cultural ou um destino. Concordar com isso seria nos render à inércia.

Por fim, recomendo a leitura desse livro complexo e instigante com uma citação de Bobbio, influenciada pelo maior dos filósofos iluministas, Immanuel Kant: “Os que dizem que ‘o mundo vai ser sempre como foi até hoje’ contribuem para fazer com que sua previsão se realize, ou seja, para que o mundo permaneça assim como sempre foi. Que não triunfem os inertes”.

João Pessoa, Pb, 18/10/2016

Giuseppe Tosi